

ANAIS DO
VI SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES
UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA

Organizado pelo Prof. *Eurípedes Simões de Paula*.

TRABALHO LIVRE E TRABALHO ESCRAVO.

VOLUME III

XLV

Coleção da *Revista de História* sob a direção
do Prof. *Eurípedes Simões de Paula*.



SÃO PAULO — BRASIL
1973.

A TRANSFERÊNCIA DA CAPITAL DO ESTADO DE GOIÁS (1).

LENA CASTELLO BRANCO FERREIRA COSTA

do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade de Goiás.

Pelo Departamento de Geografia e História do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Goiás, foi-me dada a incumbência de falar a este seletos e ilustrado auditório sobre *A Transferência da Capital do Estado de Goiás*, da cidade de Goiás para Goiânia.

O tema é fascinante, sem dúvida, pelas suas implicações de ineditismo, e de conteúdo que poderemos dizer épico; mas encerra em si mesmo um desafio, decorrente da própria atualidade dos fatos a que se reporta. Se as causas remotas e subjacentes da mudança da Capital do Estado de Goiás já podem ser narradas e analisadas dentro de uma perspectiva histórica — aquela perspectiva desejável de pelo menos meio século — os próprios fatos da transferência em si parecem-nos demasiadamente próximos, à distância de apenas uma geração. Finalmente, as suas consequências são intensamente atuais e polêmicas, e nós ainda as vivemos, nas limitações de nossos sentidos e na inquietude do nosso intelecto.

De alguma maneira, porém, a nós, professores do Departamento de Geografia e História do Instituto de Ciências Humanas e Letras, pareceu-nos relevante trazer-vos alguns subsídios para o estudo do tema — seja pelo seu quase total desconhecimento além do Paranaíba, seja pela oportunidade de motivação para estudos mais detalhados sobre o processo, que já é histórico — da dilatação das fronteiras culturais e humanas deste Centro Oeste, que ora vos recebe com alegria hospitaleira.

(1). — Conferência pronunciada no dia 8 de setembro de 1971 (*Nota da Redação*).

As despretenciosas palavras que ides ouvir representam uma síntese de minucioso e paciente trabalho de pesquisa, realizado pelos meus prezados colegas do Departamento de Geografia e História.

A pesquisa iniciou-se com a coleta de depoimentos orais dos fundadores desta cidade, e se estendeu ao levantamento das fontes da História da mudança — desde coleções de jornais e revistas, a correspondência, livros e relatórios oficiais; bem como ao levantamento da bibliografia e iconografia existentes que, se não são volumosas, fornecem todavia subsídios valiosos ao estudioso do assunto. Também alguns mapas antigos foram estudados pelos eminentes colegas do Instituto de Química e Geo-Ciências, e outros elaborados pela mesma equipe. Os professores do Departamento de Comunicação participaram com sua contribuição, na confecção da exposição fotográfica e dos *slides*.

Acredito que, como sempre acontece ao visitante, Goiânia certamente surpreendeu, pelo seu tamanho, pelo seu traçado, pelo dinamismo de sua gente progressista, esta capital do Oeste é, para a maioria, uma descoberta.

A cidade dista 931 km do Rio de Janeiro, 796 km de São Paulo. Rio de Janeiro, até há pouco, a Capital e o centro das decisões políticas do País; e São Paulo, sabidamente o celeiro dos Bandeirantes que primeiro abriram as picadas e vadearam os rios na terra dos goiases.

Como tronco rodoviário de importância, para aqui convergem boas estradas asfaltadas. Estas estradas levam a cidades — grandes, médias e pequenas — surgidas nos últimos 30 anos. Se aceitarmos a definição de urbanização da autoria de Kingsley Davis —

“a passagem de uma forma diluída de população para uma concentração em centros urbanos”,

o mapa expressará, melhor do que as palavras, o que foi o surto de urbanização desta região geo-econômica nas últimas três décadas.

O que dantes eram ermos e gerais improdutivos e desertos — ou escassamente habitados por famílias dispersas no isolamento — ora nos apresenta como poderoso imã para as migrações internas: correntes de nordestinos, mineiros e sulistas convergindo para o Centro-Oeste e, em grande parte, para êstes novos centros urbanos.

Se, contudo, empregarmos o termo “urbanização” na acepção de crescimento da população urbana — ou do aumento do número de pessoas que residem na cidade — veremos que também sob tal aspecto Goiânia é surpreendente.

Entretanto, se analisado o aspecto civilizatório da *urbs* — aceitando como válida a tese sustentada por Will Durant de que civilização e cidade estão intimamente relacionadas — surgirá, a propósito, a indagação: até que ponto a cidade de Goiânia estará contribuindo para civilizar esta região? Até que ponto resultou a construção desta jovem metrópole na integração de uma parte, relegada e esquecida do território nacional, no contexto atual do País em vias de desenvolvimento?

Seria interessante pesquisar qual a contribuição já emprestada por esta cidade ao progresso civilizatório do Brasil interiorano. Sua influência na atualização da mentalidade política, na condução da economia e do processo de industrialização; sua hegemonia na formulação de uma nova liderança intelectual e até na descoberta de valores insuspeitados no campo das letras e das artes. Sobretudo, sua contribuição para o delineamento de formas culturais ainda incipientes, porém alicerces de uma tradição de estudos e de saber que certamente se há de plasmar sob o influxo das duas Universidade aqui existentes.

Gideon Sjöberg sugere que,

“de certa forma, a história é o estudo das cidades mortas”,

tanto é significativa a relação entre a ascensão e predominância das civilizações e o desenvolvimento e hegemonia das cidades que melhor as representam. A História do Brasil começa a perder o seu aspecto episódico de aventureirismo e reconhecimentos isolados com a fundação da cidade do Salvador — em condições, aliás, bastante diversas daquelas a que estavam acostumadas, a *grosso modo*, as populações européias. Efetivamente, um longo processo de evolução, precedeu a urbanização, no Velho Mundo, ressaltando-se a transformação das sociedades em estruturas cada vez mais complexas, — de primitiva a feudal; de feudal a pré-industrial; e desta, à cidade-industrial. No Novo Mundo evidencia-se uma queima de etapas que, em várias oportunidades, irá repetir-se, exaustivamente, na História do Brasil. Na própria fundação da cidade do Salvador, aquela elite de especialistas — artesãos, sobretudo, mas também a elite cultural ociosa, que são os componentes da cidade e seus pré-requisitos — foram importados do Reino, com o propósito evidente de implantar artificialmente — mesmo esmagando a cultura autóctone — os padrões urbanos do Império Português.

Este procedimento de, a partir do nada, constituírem-se núcleos urbanos, irá repetir-se entre nós, seja na criação de vilas, seja no traçar de metrópoles, como Goiânia e Brasília.

A política da Corôa portuguesa quanto à urbanização do Brasil foi, de início, a de utilizar ao máximo os recursos particulares — de

colonos e donatários, — para a fundação de povoados e vilas. Afirmava o Mestre Diogo de Gouvêia a El-Rei D. João II:

“Sete a oito povoações seriam bastante para defender a terra...”.

A Corôa preocupava a edificação de núcleos urbanos. Aos donatários era outorgado o poder de criação de vilas; mas a Corôa reservava-se a fundação das chamadas “cidades reais”, criadas — segundo Nestor Goulart — em pontos especiais, e funcionando como centros regionais reveladores das tendências centralizadoras da política portuguesa.

A expansão territorial conseqüente do bandeirismo, que empurrou para o Oeste a linha de Tordesilhas, possibilitou o surgimento de povoações e vilas portuguesas em território antes delimitado como pertencente à Corôa castelhana. Já no século XVII foi descoberto o ouro no Oeste — e este fato, dentro do contexto mercantilista da época, foi decisivo para a dilatação das nossas fronteiras.

Todo o século XVII fôra de arrôjo e de penetração. Por vêzes inúmeras, haviam os bandeirantes paulistas alcançado os sertões mediterrâneos. Já em 1673, integrando a bandeira de Sebastião Pais de Barros, estivera Bartolomeu Bueno da Silva em contacto com os goiases, que lhe teriam dado a alcunha de Anhanguerra. Quase meio século após, por carta régia de 14 de fevereiro de 1721, Bartolomeu Bueno da Silva, o filho, e seus sócios, obtiveram permissão de D. João V para penetrarem nos sertões recebendo em troca a previsão real das passagens dos rios. Composta de 152 homens, 20 índios, 30 cavaleiros e 2 religiosos, seguiu a bandeira provavelmente o seguinte roteiro: de São Paulo a Sant’Ana ou Água Branca; depois, até Jundiáí; em seguida, Campinas, Mogi-Mirim, Guaçú, Casa Branca, Batataes e Franca; transpôs o Paraná (Rio Grande) no lugar chamado Ponte Alta; e seguiu por Uberaba até o Paranaíba (Rio Ruim ou Pestivo). Atravessado o Paranaíba, rumaram os bandeirantes para o Norte, tomando o espigão de São Marcos, e chegando ao sítio de Mestre d’Armas.

Prosseguiram até o Tocantins, nos arredores de São Felix. Ali, deu-se uma cisão: o alferes Silva Braga se apartou da bandeira, e Bueno seguiu para o sudoeste, à procura dos goiases, visitados por seu pai. Foi encontrado ouro em Palmeiras, nas pontas do “mato grosso” goiano, e no Rio Claro — mas as almejadas minas dos goiases permaneceram inatingidas. Regressou a bandeira a São Paulo — com apenas 30 oitavas de ouro, mas cheia de esperanças; já em 1726, a mandado do Governador D. Pedro de Almeida, conde de Assumar, prepara-se nova expedição, sob o comando do próprio Bartolomeu Bueno da Silva.

Depois de 6 meses de andanças, chega a bandeira a um sítio onde se encontram vestígios da passagem do Anhanguera: um freio usado e outros indícios. Está-se nas vizinhanças dos goiases; dois índios velhos apontam o local como o visitado pelos antigos bandeirantes (no atual Ferreiro). Em seguida, funda Bueno o arraial a que deu o nome de Sant'Ana. O achamento revela-se pródigo: Volta Bueno a São Paulo com 8.000 oitavas de ouro.

O aceno do ouro foi decisivo. É verdade que as novas minas estavam em território castelhano, situado a Oeste da linha de Tordesilhas. Mas a velha linha demarcatória há muito fôra desprezada. A questão das fronteiras do Prata representava um problema difícil, ciclicamente agravado ou abrandado, durante as primeiras décadas do século XVIII. Em breve, embaixadas especiais iriam debater a caducidade do diploma de Tordesilhas. A sagacidade da administração portuguesa fazia prever que as novas terras do Oeste, no Planalto e na Amazônia, lhe seriam adjudicadas, até onde a audácia dos bandeirantes houvera chegado. Entrementes, em 1737, nos termos do convênio celebrado entre os monarcas de Espanha e Portugal, são nomeados os representantes dos dois soberanos, para as negociações pertinentes ao assunto. E já em fevereiro de 1738, uma carta régia determina seja erigida uma vila junto às minas de Goiás sem dúvida, como pôsto avançado da ocupação portuguesa.

O Governador de São Paulo, conde de Sarzedas, deveria ir pessoalmente executar as ordens de el-rei; mas não chega a cumprí-las, pois morre em viagem. Sòmente em julho de 1739 o seu sucessor, D. Luiz de Marcarenhas, com grande comitiva chega às margens do Rio Vermelho, e próximo ao arraial de Sant'Ana faz erguer Vila Boa de Goiás, — nome que parece conter uma homenagem a Bueno, o bandeirante. A 1º de agôsto realiza-se, ali, a primeira vereança.

Vila Boa de Goiás merecera do governante instruções e cuidados especiais talvez pela riqueza das minas que deveria administrar; talvez pela sua posição estratégica, guardiã do *uti possidetis* português que afinal veio a ser proclamado pelo Trabalho de Limites de 1750.

Assim é que a carta régia de 1738 é minuciosa no detalhamento urbanístico da vila a ser fundada e, além dos requisitos genéricos de salubridade, boa aguada e lenha, exige

... “que façais determinar por linhas retas a área para as casas com seus quintais” e que “se conserve a mesma fremosura da terra e a mesma largura das ruas”.

Prevê seja deixado espaço para novas construções,

“que serão faytas com a mesma ordem e concerto com que se mandão fazer as primeiras...”.

Data de 1787, uma planta de Villa Boa de Goyaz e nela ainda é possível reencontrar a atual cidade Goiás.

Em 1818 foi Villa Boa elevada a cidade, por D. João VI, já agora com a denominação de cidade de Goyaz. Saint Hillaire, que a visitou no ano seguinte, descreve-a de maneira vivaz:

“Apenas a presença do ouro pôde determinar a fundação de Villa Boa ... pois que essa cidade ... a 200 léguas da costa, em um distrito estéril, longe de todos os rios navegáveis, comunica-se difficilmente com o império brasileiro...”.

E prossegue:

“A cidade de Goiaz tem a forma alongada, e é dividida em duas partes quase iguais pelo pequeno curso d'água denominado rio Vermelho ... Há, em Villa Boa grande número de igrejas: mas são pequenas e nenhuma delas é ornamentada exteriormente ... As ruas ... largas e em geral bem traçadas, são quase todas pavimentadas: mas o são muito mal ... Existem em Villa Boa duas praças bastante importantes ... vários edificios públicos, o palácio do Governador ... a casa da Câmara e o quartel ... há um chafariz ... o rez-do-chão da Casa da Câmara foi reservado para cadeia...”.

É curioso notar que os *slides* projetados são atuais. Retratam uma cidade colonial sem dúvida, preservada em seus elementos essenciais até os nossos dias elementos êsses comuns às demais cidades e vilas do Brasil Colônia irmanadas, segundo Nelson Omegna, pelo

“fato de nascerem elas da mesma terra selvagem da conquista; na mesma hora histórica do expansionismo português ... na amálgama de aculturação de três grupos étnicos ... matrizes da nossa formação”.

Uma característica, porém, com referência a Villa Boa merece destaque especial: a distância que a separa do litoral e até dos próprios limites da Capitania e depois Província de Goyaz. Saint-Hillaire, no texto citado, refere-se a 200 léguas; porém tal distância é hipotética — calculada talvez sobre uma linha direta até o litoral — e era, certamente, muito acrescida pelas voltas dos caminhos. Assim é que, de Villa Boa ao Rio de Janeiro, via Paracatú e Villa Rica, teremos aproximadamente 360 léguas, ou seja: 2.100 km. De Villa Boa a Cuiabá,

164 léguas, ou 984 km. De Villa Boa a Salvador, pelo chamado “caminho do couro”, faltam-nos elementos para uma estimativa total — porém, somente o caminho que até o Pouso do Silva (10 léguas além de São Domingos), na fronteira de Bahia, cobria cerca de 80 léguas em território goiano — ou seja, aproximadamente 480 km, antes de se penetrar na rota das boiadas do Oeste bahiano. A estrada oficial foi, durante o período colonial, a “estrada do sul”, rumo a São Paulo, cobrindo aproximadamente a rota dos bandeirantes, perfazendo cerca de 200 léguas ou 1.315 km.

Merece referência, ainda, a rota do Araguaia-Tocantins. Inicialmente vedada — como possível veículo de contrabando de ouro — só em 1782 caiu esta proibição, em virtude — afirma Dalísia Dolles — de que

“as minas estavam esgotadas e a capitania em colapso financeiro . . . O comércio poderá ser uma solução”.

Organizada uma sociedade mercantil para explorar, em primeira tentativa, o comércio entre o Pará e Goiás, sua primeira expedição gastou dois anos, da partida de Belém à chegada a Villa Boa e respectivo caminho de volta!

Este isolamento, que se manteve inalterado até o século XX, haveria de acarretar conseqüências ao *modus vivendi* da cidade de Goyaz — *urbs* e *civitas*, centro político e administrativo, mas também transmissor de padrões e de valores culturais, baluarte da língua e da religião, ilhada entre as tribos do gentio indócil. Villa Boa atendia aqueles reclames de que nos fala Henri Pirenne:

“Por primitiva que seja, toda sociedade sedentária experimenta a necessidade de proporcionar a seus membros centros de reunião e pontos de encontro. A celebração do culto, a existência dos mercados, as assembleias políticas e os tribunais impõem, necessariamente, o estabelecimento de lugares destinados a receber os homens que querem e que deve participar dessas atividades”.

Assim é que, nos séculos XVIII e XIX, Vila Boa acompanhou as diversas etapas da História de Goiás — a princípio, como concentração de mineiros e aventureiros; em seguida, sendo ponto de convergência de fazendeiros e agricultores, na difícil transição da mineração decadente da província para as atividades agro-pastoris. É ainda Saint-Hillaire quem descreve a sociedade que ali se formou.

“Uma multidão de brancos, europeus principalmente, tinha acorrido ao país para se enriquecer; retiraram-se logo que puderam

alcançar este objetivo, e não foram substituídos. Outros, foram surpreendidos pela morte antes de poderem voltar à pátria ... Formara-se, entretanto, uma população de brancos que diversas circunstâncias prenderam ao País, e de muito maior número de mestiços que jamais puderam pensar em sair de lá...".

Este quase segregacionismo — ilhamento na distância — propicia o aparecimento algumas características marcantes, até sob o ponto de vista de linguagem e de biotopia entre as populações vilaboenses. Mesmo em relação às demais vilas e povoados da região, as comunicações eram infrequentes. Somente ao alvorecer dos anos oitocentos inaugurou-se ali o correio oficial. A cidade de Goyaz, de certa forma, é insula e península na colonização do Oeste. Dentro da paisagem áspera dos cerrados, siderado pela vastidão dos horizontes, ao viandante que imergia no regaço da Serra Dourada, Villa Boa há de ter parecido um oásis — pelas suas ruas e praças, pelas suas mangueiras e coqueiros, pelas suas casas ainda hoje dignas e sombrias. À vista da cidade, de maneira instintiva, o homem que chegava ao fim de áspera jornada, naufrago de muitas luas pelos mares do cerrado — há de ter sentido, com secreta inveja e de forma intuitiva, aquilo que Aristóteles tão bem expressou:

“Os homens ajuntam-se na cidade para viver; ali permanecem para viver a boa vida”.

Mas a História da cidade e da Província de Goiás não é feita de amenidades. A crise da mineração, no século XVIII, conseqüente do exgotamento, sucede-se a fase da lavoura e pecuária, praticadas em latifúndios e com alicerce no braço do escravo negro ou índio. A propósito, convém lembrar o que afirma Eurípedes Simões de Paula:

“O latifúndio ... foi uma forma, talvez a única devido às circunstâncias — de exploração da terra”. E, em seguida “Na América, e em especial no Brasil, a economia dos primeiros séculos, pela própria falta de comunicações, foi embrionária, e por isso revestiu-se das mesmas características do Baixo Império e de Alta Idade Média ... O escravo, da Villa da época Imperial (romana), e o servo de gleba medieval e o nosso escravo, índio ou negro, todos trabalham para um determinado senhor: senador romano, barão medieval ou fazendeiro brasileiro”.

Este o caráter semi-feudal da agro-pecuária extensiva, praticada em Goiás, durante o século XIX e, de forma atenuada, até a atualidade.

Em tal estrutura, a posse da terra é requisito para o poder político e para a expansão social. Já se assinalava, outrossim, que no início do

século XIX, são os fazendeiros abastados os que adquiriram, em Villa Boa, algum “apuro no trato”. Há uma preparação instintiva para empalmar o poder que, não obstante, até o advento da República, esteve imune a influências predominantemente locais pois, como bem observa Jaime Câmara, os administradores provinciais eram sobretudo da confiança das autoridades imperiais.

A diminuição gradativa do emprêgo do braço escravo em Goiás — assinalada por Maria Augusta Santana Moraes — acentua-se na segunda metade do século XIX, com o exgotamento dos descobertos do ouro. Província empobrecida, mais pobre ela se nos apresenta quando da extinção do regime servil. Citamos ainda Jaime Câmara

“Primitivos grupos que aqui permaneceram, ... foram se ligando entre si ... e deram estrutura a uma sociedade que se foi constituindo em famílias poderosas ... O prestígio de tais famílias ocorria a par com a exigência cada vez maior de certo nível social para as uniões matrimoniais. A notoriedade desse escalão social ... trouxe para as mesmas oportunidades para construção de uma situação econômica tranquila e, ao mesmo tempo, favorável ao alargamento da área de influência política”.

É o sistema do “poder familiar fechado”, inaugurado já pelo Anhanguera, de que nos fala Luiz Palacin; e que, com o advento da República, encontra campo fértil para, dentro do sistema federativo,

“abrir amplas portas de oportunidades aos elementos da órbita regional”.

Villa Boa — a cidade de Goyaz — continuava sendo o fulcro de toda a região mediterrânea, meta de civilização e de requinte. Ali se ergueram bons estabelecimentos de ensino inclusive o segundo colégio oficial do País — o Lyceu de Goyaz. Nos primeiros anos do século XX foi fundada uma Academia de Direito, por solicitação de um grupo de moças que, desalentadas com o êxodo dos rapazes pertencentes às melhores famílias — que iam estudar no Rio de Janeiro ou em São Paulo — solicitaram tal providência, no que foram atendidas pelo Presidente do Estado...

Contudo, como sede administrativa e residência da elite de funcionários e dos poucos profissionais liberais, a cidade de Goyaz se organizava em castas rígidas. De certa maneira, a burguesia letrada alienava-se, passando a cultivar o romantismo francês importado no lombo dos muareis; e rendia-se à pianolatria, como expressão de refinamento.

A razão de ser daquela cidade — as minas de ouro — há muito pertencia à lenda e à História. Dentro da realidade histórica, que se

segiu à primeira Revolução Industrial, Villa Boa evidenciava-se inadequada para liderar econômica e politicamente o Estado, até pela distância que a separa das regiões mais férteis de Goiás: o sul e o sudoeste. O crescimento da cidade era insignificante: construía-se uma casa por ano. A sua fisionomia urbana permanecia inalterada; e ali as elites se exauriam em lutas miúdas, pela hegemonia de partidos e facções.

Afirma Joaquim de Carvalho Ferreira que

“coube, incontestavelmente, ao segundo presidente da Província de Goiás, Marechal de Campo Miguel Lino de Moraes ... a prioridade no lançamento da idéia da transferência da Capital do Estado para outro local, quando, ao presidir a instalação do Conselho Geral, em 1830, após examinar inúmeros problemas de ordem social e políticas, terminou sugerindo que a sede do governo desta Unidade se localizasse ... nas imediações de Água Quente”.

Também o Presidente Couto de Magalhães — entre outros que esposaram a tese — afirmava em 1863:

“Hoje, porém, quando está demonstrado que a criação de gado e agricultura valem muito mais do que quanta mina de ouro há pela província, continuar a Capital aqui (Em Villa Boa) é condenar-nos a morrer de inanição”.

A primeira Constituição Republicana de Goiás, ou seu artigo 5º, rezava:

“A cidade de Goyaz continuará a ser a Capital do Estado, enquanto outra coisa não deliberar o Congresso”.

A alusão à transferência está implícita no texto, e reflete uma atitude mental consentânea com deliberações idênticas, já consubstanciadas em diferentes regiões do País — desde a transferência da Capital da cidade do Salvador para o Rio de Janeiro, até a mudança da Capital dos Estados do Piauí e de Sergipe — aquela, de Vila Mocha de Oeiras para Terezina; e esta de São Cristovão para Aracajú.

Os primeiros anos do século XX foram marcados, em Goiás, pelas lutas de facções adversárias na política regional. Em 1905 declinava a hegemonia estadual dos Bulhões, sucedendo-se fugaz período de predomínio dos “xavieristas”, contestados êstes por uma coligação oposicionista, e afastados do poder em 1909. Segue-se o predomínio de Antônio Ramos Caiado e Eugênio Jardim; o primeiro, contanto com a

cobertura de Pinheiro Machado, assumiu, de fato, a liderança política do Estado. Uma liderança incontestável e absoluta.

Os Caiados, originários de São Paulo, de onde vieram na segunda metade do século XIX, tinham-se entrelaçado com famílias da aristocracia vilaboense: o que, somado à forte personalidade dos seus membros mais expressivos, e a um inegável descortínio no sentido de mandar educar as novas gerações nos grandes centros do País, assegurou-lhes o poder por vinte anos consecutivos.

O período de mando caiadista há de ter sido marcado pela violência, talvez pela truculência. Afirma Jaime Câmara que

“um Caiado sem função pública, mandava mais do que qualquer secretário de Estado”,

nos anos anteriores a 1930. Mas a consulta aos jornais da época evidencia que não se pode negar aos Caiados o respeitarem a livre manifestação de pensamento, sobretudo nos periódicos da cidade de Goiás que nos parecem, muitas vezes, imprudentes nos seus conceitos e desabridos na sua linguagem. Estes jornais contêm editoriais e artigos extremamente violentos, bem como farto noticiário alusivo à crônica agitada do Estado de Goiás, característica das regiões de fronteira, e da qual constituem exemplos bem expressivos aqueles “turbulentos arraiaís goianos” de que nos fala Modesto Gomes.

As vésperas de 1930, o estado de Goiás não apresentava qualquer previsão alentadora para o futuro. Os centros urbanos permaneciam imunes ao progresso; enquanto as vastas dimensões da área rural quase nada produziam. Não havia empregos nem perspectivas para o amanhã, — Goiás surgia no noticiário nacional como filho bastardo, quase sempre a estampar denúncias e defesas pessoais de seus políticos mais exaltados.

Não se tem notícia de maiores repercussões, nesta região, dos sucessos que abalaram o mundo a Primeira Grande Guerra Mundial. Se mencionado na imprensa local, aquele conflito catastrófico em nada empanava o calor das disputas políticas regionais . . . E, muito embora, dêle tivesse conhecimento as elites, acompanhando-o à distância, não chegava todavia a merecer especial destaque nas suas preocupações.

Dois partidos se digladiavam: o Democrático, situacionista, e o Republicano, oposicionista. O primeiro detinha a máquina eleitoral e as benesses do poder; confundia-se, freqüentemente, com a própria pessoa do seu chefe, o senador Antônio Ramos Caiado. O Republi-

cano era integrado pelos adeptos da Aliança Liberal, e vivia em “permanente pregação revolucionária”.

A notícia do movimento armado de 1930 chegou à cidade de Goyaz no dia 4 de outubro. Brasil Ramos Caiado tivera, em Uberlândia, notícia do movimento deflagrado e apressara-se em regressar a Villa Boa — com a informação adicional de que o médico Pedro Ludovico Teixeira organizara um batalhão de voluntários em Uberlândia, para “tomar o governo goiano”, penetrando pelo Sudoeste.

Pedro Ludovico Teixeira surgia, assim, no cenário estadual. Originário da cidade de Goiás, é porém, por ascendência paterna, ligado a famílias do Triângulo Mineiro. Completara os seus estudos na Capital da República, e casara-se em importante família do sudoeste goiano. Radicara-se em Rio Verde, onde começara a clinicar. Contudo, ligado a Atanagildo França e Siqueira Campos, participara dos movimentos de 1922 e 1924, sendo, à época — em suas próprias palavras —

“tido como elemento perturbador da ordem e indesejável no Estado de Goiás”.

Exilou-se em Uberlândia, onde, ao ter início a Revolução de 1930, reuniu 110 homens e formou a “coluna” que, após algumas lutas, veio ter às portas de Rio Verde, no propósito de tomar a cidade. Derrotado, porém, por forças legalistas, foi Ludovico prêso na cadeia local, onde permaneceu durante 14 dias.

Em Villa Boa, as notícias da Revolução circulavam com impressionante rapidez; os boatos corriam. A oposição tinha como certa a vitória; enquanto os governistas tratavam de organizar um batalhão de voluntários — os “camisas vermelhas” — para auxiliar na defesa da cidade.

Entrementes, por determinação expressa do Senador Antônio Ramos Caiado, Pedro Ludovico foi encaminhado, sob escolta, para Goiás. A 30 km de Rio Verde foi a tropa surpreendida com a notícia de que a Revolução estava vitoriosa no País — e Ludovico passou “de comandado a comandante”.

Uma segunda “coluna revolucionária”, comandada pelo Coronel Quitino Vargas, deslocou-se de Paracatú para Goiás. Tomou Cristalina e, em seguida, Planaltina, onde efetuou diversas prisões de líderes situacionistas. Os caiadistas recuaram de Santa Luzia, sem combater. Seguiu a coluna até Vianópolis, onde se deteve, aguardando a chegada de Carlos Pinheiro Chagas, destacado líder mineiro, a quem ficara

afeta a coordenação do movimento revolucionário em Goiás. Ficou resolvido que, ao chegarem à Capital do Estado, seria Pinheiro Chagas empossado como Interventor Federal.

Prosseguiu a coluna; em Itaberaí e ela vieram juntar-se os líderes aliancistas goianos. Em Villa Boa, o clima era de euforia aposicionista. Os Caiados retiraram-se da cidade, que foi ocupada sem combate. O Vice-Presidente em exercício transmitiu o cargo a Pinheiro Chagas que, já como Interventor Federal, proclamou em discurso, de forma incisiva,

“a necessidade da mudança da Capital para um local mais acessível, para maior desenvolvimento do Estado”.

Iniciava-se, assim, uma nova etapa da História de Goiás sob a égide da idéia mudancista — e é digno de nota o fato de que foi um político mineiro quem, exatamente 100 anos após Miguel Lino de Moraes, relançou a semente, empolgado talvez pelo surto de progresso que experimentava Belo-Horizonte, a nova Capital que sucedera a vetusta Ouro Preto, de tantas glórias e tantas tradições.

Foi constituída uma Junta Governativa — integrada esta por Emílio Póvoa, Mário Caiado e Pedro Ludovico Teixeira. Logo após, êste último era nomeado Interventor Federal em Goiás.

A tese mudancista voltou a assomar, públicamente, durante o Congresso de Prefeitos reunidos na cidade de Bonfim, em 13 de julho de 1931. Levado a se pronunciar sobre o assunto, o Interventor foi cauteloso, afirmando que o problema estava

“sendo estudado pelo seu Govêrno, que lhe daria uma solução compatível com os interesses da coletividade”.

A despeito da linguagem prudente, a repercussão das palavras de Ludovico foi violenta, na cidade de Goyaz que vivia, então, uma fase risonha, com o centro social e cultural da vida goiana. Parecia, realmente, uma temeridade pensar-se em tal projeto . . . Contudo, os combates da revolução, acrescidos da participação de goianos no combate à revolução constitucionalista de São Paulo, fizeram projetar uma nova geração na vida política de Goiás. Em expressivo discurso, quando da homenagem que lhe foi prestada como comandante das tropas goianas combatentes em 1932, Domingos Velasco, um dos mais destacados revolucionários do Estado, afirmava:

“Não é em vão que se convida alguém para ir morrer. Daí advém uma série de compromissos morais que são de vencimentos

certos e que não prescrevem ... Nenhum bloco político poderá prevalecer em nosso Estado se não contar com os valores novos que a luta evidenciou”.

Esta necessidade de buscar novos rumos e valorizar novos talentos, tornava mais premente a mudança da Capital do Estado, até como medida cautelar de sobrevivência política do grupo revolucionário. O regresso do senador Antônio Ramos Caiado, após longa ausência, foi festejada com alacridade. A tendência sebastianista e a vocação saudosista têm sido constantes na História brasileira; e, muito embora aos Caiados estivesse vedado o exercício de quaisquer profissões liberais, os antigos líderes eram bastante fortes para fazerem sentir o peso de sua simples presença física em Villa Boa.

Em 20 de dezembro de 1932, foi publicado no *Correio Oficial* o decreto que nomeava uma comissão de estudos, com vistas

“à escolha ou adaptação de um local, para nele ser edificada a nova Capital”.

O decreto produziu grande impacto, conquanto fôsse julgado de conteúdo político, como de sondagem da tendência mudancista do eleitorado, que breve iria escolher os novos congressistas.

Mas a Comissão de Estudos instalou-se de imediato, e deu início aos trabalhos.

Com a participação de Goiás a favor do Governo Central, por ocasião da revolução paulista, subira a estrêla de Pedro Ludovico perante Getúlio Vargas. Com agudo senso de oportunidade, dirigiu o Interventor ao Presidente da República, em inícios de 1933, uma exposição de motivos relativa à mudança da Capital, na qual afirma:

“Não alimentamos sentimentos contrários à velha Capital. Nascido aqui, criado aqui, educado no Lyceu de Goyaz, prêso portanto por laços afetivos que se estabelecem geralmente entre o homem e sua terra natal, se considerações de ordem afetiva pudessem influir em nosso ânimo ... é claro que a nossa opinião seria contrária à nossa ... que fere os interesses de muito membros da nossa família e de numerosos amigos.

O que visamos, porém, é exclusivamente tornar grande o futuro de Goiás. O nosso objetivo é assegurar ao povo goiano o direito de aproveitar as irrealizáveis possibilidades do Estado”.

Enquanto a Comissão trabalhava, os acontecimentos políticos sucediam-se. Nas eleições realizadas em 1934, venceu de ponta a ponta

o Governo. Reforçado em seu prestígio político, Pedro Ludovico insistia na mudança da Capital — mas o assunto era evitado, na medida do possível, por ser considerado explosivo.

A população da cidade de Goiaz era, naturalmente, anti-mudancista; tal como o fôra também a de Ouro Preto, para quem Belo-Horizonte era pejorativamente denominada Papudópolis ... Quando foi publicado o decreto que aprovava a escolha do local em que seria erguida a nova Capital de Goiaz, tôda a população vilaboense sentiu-se traumatizada.

Os protestos foram muitos, naquela cidade bi-centenária, que se sentia de certa forma roubada em seus direitos e prerrogativas. As vozes foram uníssonas em condenarem a decisão governista — e somente alguns elementos da cúpula manifestavam-se publicamente adeptos do Interventor, na controversa questão. Foram dias de crise emocional, em que pairava no ar a pergunta angustiada: E se houver mesmo a mudança, o que será feito da cidade de Goyaz?

Mas o decreto existia, e era intenção de Pedro Ludovico fazer cumpri-lo. Com sua obstinada determinação, o Interventor era como o agente de um determinismo histórico, e permanecia inflexível diante dos obstáculos que eram muitos: sendo o maior de todos, sem dúvida, a extrema penúria dos cofres públicos.

A renda do Estado de Goiás fôra, em 1932, de menos sete mil contos de réis. E era com tal renda que se pensava em construir uma nova Capital — se bem que propositadamente modesta em sua concepção e nos materiais a serem empregados.

O local escolhido, nos arredores de Campinas — compreendendo as fazendas Criméia, Vaca Brava e Botafogo, às margens do córrego do mesmo nome — foi determinado por Decreto de 18 de maio de 1933 que previa, também, os procedimentos necessários à construção da nova cidade, bem como estabelecia o prazo de dois anos para a transferência definitiva da Capital. E ainda, em seu Art. 7º, revogava concessões e privilégios acaso existentes, relativos a serviços públicos na nova capital. O Decreto foi recebido com particular desagrado pelos concessionários prejudicados em seus interesses — e este fato fez aumentar a onda oposicionista.

Na política, anos difíceis se seguiram, inclusive com a cisão da ala governista; a ruptura Ludovico-Velasco resultou na união deste último com os remanescentes caiadistas. A despeito, porém, da chamada Coligação Libertadora Goiana, das forças oposicionistas, Pedro Ludovico Teixeira foi eleito Governador do Estado em 1935.

O aceso das paixões eleitorais teve o mérito de aparentemente, deixar algo esquecida a questão da mudança e, em consequência, o ritmo dos trabalhos da construção pôde prosseguir, acelerado.

Atílio Correia Lima regressara, há pouco, da Europa, onde estudara em França e na Suíça; era uma das expressões mais promissoras do urbanismo brasileiro.

“É de notar que a mudança da Capital é tão premente que o problema não é, pròpriamente de mudar para êste ou aquêle ponto, mas sim de sair de onde está ... O traçado (da nova Capital) obedece, de uma maneira geral, à configuração do terreno, às necessidades do tráfego e ao zoneamento. Guardando as devidas proporções, o feitiço monumental procurado é o princípio clássico adotado em Versailles, Carlsruhe e Washington (...) (no) Centro Administrativo, serão construídos todos os edifícios públicos administrativos, quer federais, estaduais e municipais ... o centro administrativo, embora disponha de fácil acesso, não é local de passagem para grandes comunicações, o que o torna um tanto tranqüilo, como convém às repartições públicas”.

Quando se fez o lançamento da pedra fundamental da cidade em 24 de outubro de 1933, previa-se a construção de uma Capital para 15.000 habitantes — o que parecia arrojado, diante da população da cidade de Goiás, que em 1932, de 8.526 habitantes! A cachoeira do Jaó forneceria 400 cavalos de força — o que também parecia mais do que suficiente, pois a cidade de Goiás dispunha de 80 cavalos, e isto nos meses de chuva ... Aos mais utópicos “mudancistas”, jamais ocorreu a previsão de que, em menos de 30 anos, a receita estadual de 6.727 contos de réis em 1932, fôsse multiplicada mais de duzentas vezes; e que em 1958, vinte e cinco anos depois de lançada a pedra fundamental, Goiânia tivesse 110.000 habitantes! (2).

Anais do VI Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História – ANPUH • Goiânia, setembro 1971

Mas aquilo que hoje se nos afigura mesquinho e acanhado, naqueles tempos parecia desperdício. A oposição, em manifestos e campanhas, criticava “os gastos excessivos” com a construção da cidade; e combatia “os impostos escorchantes” que se cobravam para cobrir aquela “orgia de despesas”. Previa, outrossim, a bancarrota a que, fatalmente, seria levado o Estado...

Uma série de atos do Governo impulsionou as providências para a efetivação da mudança. Foi criado um Departamento de Propaganda e Expansão Econômica, confiado ao jornalista Câmara Filho, que tinha por finalidade despertar a atenção do País para a renovação que se operava em Goiás e, sobretudo, para a sua nascente Capital.

O fluxo de imigrantes começou bem cedo: mineiros, a princípio, depois nordestinos em grande número. Vinham a pé, a cavalo, de carros de bois, de trem — até Leopoldo de Bulhões — e de caminhão, em levadas que se avolumavam, demandando o Brasil Novo que se esboçava.

A instalação da Assembléia Constituinte na cidade de Goiás em 1936, servia como caixa acústica para as contestações anti-mudancistas. O assunto era discutido nas ruas e nos lares, no mercado, nas escolas — sendo agora apresentado sob novo prisma: o de que, se empregados em Villa Boa os recursos aplicados na nova Capital, a cidade de Goyaz também se transformaria numa cidade progressista e moderna.

A despeito de tudo, os trabalhos da construção prosseguiram, no planalto próximo a Campinas, na franja das matas do mato grosso goiano.

Mudando de tática, a oposição resolveu apoiar a tese da mudança, desde que se dotasse a cidade de Goyaz de requisitos mínimos para a salvaguarda dos seus interesses e da sua sobrevivência. Foram apresentados emendas dêsse teor à Constituição que se elaborava. Entre outras medidas, propunha-se:

- a). — que a mudança sòmente fòsse efetuada quando o Estado atingisse condições financeiros ótimas;
- b). — que a mudança se efetivasse mediante lei ordinária, depois que a cidade de Goyaz fòsse dotada de condições para a continuidade de seu progresso, inclusive via férrea.

Encaminhando a votação, o deputado Alfredo Nasser expôs os pontos em que se baseava a oposição à mudança, concluindo:

“Construir uma cidade destinada a regular um mecanismo administrativo, sem os meios que garantam a sua própria existên-

cia administrativa, é expor-se a perder pelo descabro uma e outra (Goiás e Goiânia) ... O que o povo quer de nós, o que o povo espera, é que o auxiliemos a produzir e que se lhe garanta o consumo ... Nós não queremos, hoje, uma cidade nova; queremos-a amanhã, não uma, mas duas, três, quantas puderem surgir em nosso abençoado solo ...”.

A despeito do veemente discurso do tribuno opositorista, a emenda foi rejeitada — sendo, a seguir, o Governador autorizado a passar

“o tempo que julgar necessário na cidade em construção, transportando o aparelhamento de mister ao desempenho de suas funções”.

Nascia Goiânia. À margem do córrego Botafogo, ergue-se uma casa de tábuas: O Palácio do Governo. Uma determinação fértil amparava os pioneiros. Na terra intensamente vermelha do planalto, rasgavam-se as ruas e surgiam os alicerces dos primeiros edifícios, no Plano Piloto elaborado por Correia Lima. Campinas era a sede urbana que servia de ponto de apoio, e ligava-se precariamente com a cidade em construção. Uma odisséia de trabalho se desenrolava sob os horizontes infinitos do planalto, enquanto uma nova geração temperava as forças ao sol e à poeira. Os recursos financeiros eram escassíssimos; a mão-de-obra, difícil; os meios de comunicação, quase inexistentes. O Governo federal resolveu, enfim, colaborar com a doação ao Estado de Goiás de 5.663 apólices do Tesouro Nacional, exigindo, porém a contrapartida da construção de quatro prédios para as repartições públicas da União. Foi esta a ajuda financeira concedida pelo Governo Central à obra que o Estado de Goiás empreendia; mas o apoio político foi constante, a despeito de pressões de toda ordem.

Como passo preliminar para a efetiva realização da mudança, em 7 de novembro de 1935 foi criado o município de Goiânia — nome escolhido mediante concurso instituído pelo jornal *O Social*, o indicado pelos professores Alfredo Faria Castro e Zanira Campos Rios. Dentre diversas sugestões pitorescas, algumas revelam a tendência do endeusamento e à subserviência, generalizada na época — foram encaminhadas as seguintes denominações para a nova Capital: Petrônia e Petrolência, as quais obtiveram expressiva votação. Também foi lembrado que sendo a mudança da Capital antiga aspiração do povo goiano, deveria ela chamar-se *Aspirópolis*...

Foi nomeado para primeiro Prefeito da cidade em construção o jovem jornalista e professor do Lyceu de Goiás — Venerando de Freitas Borges. O município foi instalado a 20 de novembro de 1935 e a 4 de

dezembro do mesmo ano, Ludovico se transferiu, com seus familiares para Goiânia.

Intensificava-se a migração rumo à nova Capital goiana. Visitando Goiânia nessa época, escrevia Pierre Monbeig:

“Sem desconhecer as dificuldades, pode-se pensar que seja uma alegria para um arquiteto dispor de uma vasta superfície plana e docemente inclinada, para aí traçar a cidade moderna ... Há penas 4 anos que os primeiros trabalhos foram iniciados ... e já a cidade possui mais de duzentos edifícios ... assim, a jovem Capital nos levou a encerrar alguns dos problemas de valorização do sertão, que cada dia mais me seduzem mas que requerem soluções a um tempo amplas e refletidas”.

Foi um período épico, cheio de vicissitudes, mas também de esperanças e de idealismo. Ninguém melhor do que o primeiro Prefeito de Goiânia, Professor Venerando de Freitas Borges — aqui presente — para prestar um depoimento de valor histórico e humano, sobre o que foram aqueles anos que antecederam imediatamente à instalação, em Goiânia, do Governo do Estado.

Goiânia aí está.

As modestas metas iniciais — 15.000 habitantes, 400 cavalos de força foram multiplicadas, generosamente.

Nestes amplos horizontes, projeta-se a fisionomia de uma cidade aberta que abriga lideranças arrojadas, em sintonia com o cenário urbano de onde governam.

Mais de 30 anos já passaram, desde o decreto que transferiu a Capital do Estado da Cidade de Goiás para Goiânia. Mas há uma distância mais acentuada entre os homens de hoje e os daquele tempo: sobretudo em relação à mentalidade de uma e de outra época. Mesmo aos filhos e netos daqueles resolutos pioneiros que acreditaram nas possibilidades desta cidade e desta região — torna-se difícil recriar o ambiente, o clima, as idéias e as motivações que aproximaram as opiniões no período mudancista. Os valores culturais e morais também evoluíram, assim como os métodos e os processos políticos se modificaram profundamente.

Tôdas as gerações têm o seu desafio. Algumas o ignoram; uma que outra o enfrenta com decisão e pode sentir, no ocaso das vidas, o sabor apeticido das existências realizadas. Muitos dos que ajudaram a

construir Goiânia ainda vivem, usufruindo agora de conforto e bem estar considerados quase utópicos, quando aqui nada mais havia do que os ventos e a poeira dos rodamosinhos de agosto.

Com a fundação de Brasília, como que encerrou-se um ciclo de construção de capitais, no rumo do oeste — Belo-Horizonte, Goiânia, Brasília. As duas primeiras serviram de protótipo à última — embora aquelas em escala infinitamente mais modesta.

O processo de urbanização iniciado no sul-sudoeste de Goiás, com a construção de Goiânia, acelerou-se nos últimos anos pois a instalação da Capital Federal em Brasília também propiciou a formação de uma aguda consciência coletiva a reclamar a integração nacional. Muito se fala em construir um Brasil Grande — que, necessariamente, terá de expandir-se nos altiplanos de Goiás e Mato Grosso, na busca da Amazônia mítica.

E assim é que, no momento em que este País empreende enorme esforço no sentido de auto-descobrir-se, acreditamos que seja oportuno evocarmos os fatos que vimos de rememorar — pois encerram eles autêntica afirmação da capacidade da gente brasileira.